

# Secretaria de Portos buscará linhas de crédito fora do País

Estratégia tem como objetivo atrair investidores

DA REDAÇÃO

04/04/2016 - 14:13 - Atualizado em 04/04/2016 - 14:34

Com a confirmação do ministro dos Portos, Helder Barbalho, no cargo, a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP) prepara uma nova estratégia para atrair investidores. Uma delas é buscar linhas de crédito internacionais. Tudo para aquecer o mercado e preparar os portos para a crise.

“Temos que reunir não só a inteligência mas também a capacidade de gestão e nos adaptar aos novos tempos. São poucos recursos e precisamos priorizar os investimentos, mais ainda do que já tem sido feito. E também buscar linhas de crédito fora, fazendo parcerias com a iniciativa privada. Acho que isso é o que temos que fazer e fazer mais e melhor”, destacou o secretário-executivo da SEP, Luiz Otávio Campos.

Questionado sobre o baixo interesse de investidores no leilão de seis áreas no Pará, o executivo justificou que muitos empresários não tiveram tempo de encaminhar suas propostas porque suas dúvidas não foram respondidas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

“Os questionamentos que foram feitos à época não foram respondidos a tempo. Foram mais de 40 questões levantadas pelas empresas interessadas e a Antaq não respondeu em tempo. A maioria das empresas tem suas matrizes no Brasil, mas precisam de autorizações a holdings internacionais, como a Cargill, por exemplo, que se reporta aos Estados Unidos e, depois, tem que se reportar à Europa. Então, o tempo hábil das informações não bateu com o tempo do leilão”, explicou.

Segundo Campos, por este motivo o certame foi adiado. Na sua visão, a estratégia a ser adotada pela SEP poderá atrair investimentos.

“Nós temos que nos adaptar à nova realidade e não sermos inflexíveis. Como o investidor, com toda essa dificuldade de mercado e essa desconfiança na economia e na política, vai investir agora se as pessoas nem respondem os questionamentos? Questionaram muito a propriedade desse arrendamento. Há um item que diz que, a qualquer momento, o Governo pode intervir na finalidade. Como o cara vai investir, se depois o Governo diz que não vai ser contêiner, vai ser carga geral?”.